

# *Introdução*

É comum afirmar-se que a censura já existia mesmo antes do nascimento da imprensa, pois a Igreja já fazia sentir a sua influência quando proibia a publicação de certos livros.

Neste trabalho, vamos-nos focar em quatro períodos de 1820 a 1926 em que se verificaram tanto, momentos de intensa liberdade de imprensa, como períodos de feroz censura.

Em Portugal, a primeira forma de censura data de 1451, quando foi instituída a Inquisição. A Inquisição tinha o poder de “controlar os espíritos através do controlo do seu produto”<sup>1</sup>, isto é, dos livros. Foi com a ordem de D. Afonso V que livros sobre temas “heréticos” foram queimados, sendo livros heréticos e profanos aqueles que colocam em risco a fé das pessoas sem, a devida permissão do diretor espiritual e pode ser uma situação de pecado grave, como nos ensinam os antigos livros de piedade e moral.

Durante o reinado de D. José I, a censura da Inquisição foi enfraquecida por vontade do rei e do Marquês de Pombal, tendo sido criada a Real Mesa Censória que consistia na queima de livros e na proibição da publicação de livros e documentos perturbadores não só sobre a Igreja mas também sobre temas civis e políticos.

Com o triunfo das revoluções liberais Francesa e Americana e com a consagração constitucional da liberdade de imprensa, nasceu um novo período na imprensa e jornalismo que se difundiu por toda a Europa e América.

---

<sup>1</sup> GARCIA, José Luís; *Portugal e a censura*;

In revista *Jornalismo e Jornalistas* n. 60: Julho/Setembro de 2000

## *1820-1834: Miguelismo e Liberalismo*

Em 1820 foi documentada a última denúncia feita na Inquisição, dando lugar então a um período liberal. Apesar do fim da Inquisição, a censura não desapareceu completamente e continuou a coabitar com a imprensa. A liberdade de imprensa, que é diretamente relacionada com um Governo Constitucional, foi um tema debatido com urgência nas Cortes Constituintes, mas só a 4 de Julho de 1821 é que foi decretada, sendo assim aclamado o primeiro regime de liberdade de imprensa existente em Portugal. Esta lei estabelecia que toda a gente podia imprimir, publicar, compor ou vender quaisquer livros ou escritos sem prévia censura, apenas sendo considerados abusos da liberdade as ofensas contra a religião, o Estado, os bons costumes e os particulares. No entanto, esta lei teve uma curta duração. Apesar do Governo Liberal ter implementado o articulado da lei de 1821 na Constituição de 1822, o crescente descrédito por este Governo, desgastado pela súbita independência do Brasil e pelos adeptos do absolutismo que defendiam que Portugal deveria seguir o exemplo da Europa e regressar ao regime absoluto monárquico, fez com que a censura surgisse de novo em Portugal.

Em 1823, o Vintismo é derrotado pela contra-revolução, através de um golpe antiliberal apelidado de Vila-Francada. Como consequência, a 2 de Junho desse ano sai um decreto que suspende os direitos e garantias referidos na Constituição de 1822. Os Miguelistas, apoiados no seu crescente poder, organizaram uma nova rebelião antiliberal em Abril de 1824, daí ser conhecida por Abrilada, que revoga na totalidade a lei de imprensa vintista, repondo praticamente em vigor o regime de censura antecedente a 1820, com a excepção do Santo Ofício da Inquisição.

Entre 1824 e 1826, a censura reinou em Portugal. Em 1826, com a morte de D. João VI, D. Pedro tenta resolver o problema da sucessão escrevendo um documento onde se consagrava a liberdade de imprensa como um dos direitos civis e políticos da cidadania. Apesar desta tentativa, esta lei nunca chegou à prática e neste período de 1826 a 1828, só na aparência o jornalismo era livre, sendo isso provado pela frequência em que os jornais apresentavam espaços brancos, parágrafos incompletos ou frases cortadas por reticências.

Entre 1828 e 1834, D. Miguel governou Portugal e repôs o Antigo Regime na totalidade, dissolvendo as Cortes. Esta mudança não afetou em muito o plano jornalístico que já sofria de uma anterior censura, mas afetou amplamente o número de periódicos e o volume de tiragens pois estes caíram drasticamente. Os

melhores jornalistas liberais portugueses refugiaram-se, como antes de 1820, no exílio, ansiando pelo dia em que D. Maria II, filha de D. Pedro, reina-se.

Em Maio de 1834, travou-se uma guerra civil entre os miguelistas e os liberais que culminou com a vitória dos liberais, no termo de Convenção de Évora-Monte. Esta vitória foi essencial para a reformulação da política da liberdade de imprensa que, mesmo assim, tardou a ser promulgada, tendo sido decretada por D. Maria apenas em Dezembro desse ano. Este diploma, que iria ser o modelo regulador da liberdade de expressão até a 1910 (quando a República foi proclamada), restabelecia o ideal do enunciado vintista, embora com uma retórica mais conservadora.

## *1834-1851: Do Cabralismo à Regeneração*

Finalmente resolvida a questão político-constitucional e mais uma vez consagrada a liberdade de imprensa, pareciam estar já reunidas todas as condições para existir o jornalismo liberal, podendo reafirmasse como um "triplo instrumento de informação cívica, mobilização social e participação política"<sup>2</sup>.

Foi entre este mesmo ano 1834, com o final da Guerra civil e entre 1851 com o advento da Regeneração que foram criados cerca de 700 títulos assim registados no mercado jornalístico.

Durante este período verificava-se um enorme confronto em termos políticos, de um lado, os liberais e por outro os absolutistas. Desde o final de 1830 e ao início da Regeneração, um dos mais sensíveis domínios aos equilíbrios políticos verificava-se na política de imprensa. Fora então criado um retrocesso a 1834, de maneira a haver uma defesa por parte dos setembristas, chamada política censória do cabralismo que iria culminar na famosa lei de imprensa de 1850.

O "autoritarismo" de costa cabral fez-se sentir de diferentes maneiras como:

- as modificações nos regimes de juízes e jurados nos processos de imprensa;
- o encarecimento das cauções, portes e multas;
- nos pronunciamentos e nas suspensões de periódicos;
- nos assaltos às tipografias por agentes dos Governos Cívicos.

Após estas medidas, em 1843 Costa Cabral veio a explicar-se dizendo que se tratava apenas de pôr cobro ao desenfreamento dos escritos e das publicações onde se "proclamava a anarquia"<sup>3</sup>, onde se "insultavam todas as crenças"<sup>4</sup>, onde "se desconheciam todas as leis"<sup>5</sup> e onde "tudo se ultrajava"<sup>6</sup>.

Como consequência da revolta de Torres Novas foram suspensas as publicações de jornais, entre 6 de Fevereiro a 23 de Maio de 1844.

---

<sup>2</sup> SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 32; Março de 2000

<sup>3456</sup> SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 33; Março de 2000 (cit. in Maria Manuela Ribeiro, p. 470)

Este processo censório veio a repetir-se dois anos mais tarde, em 1846 aquando da Maria da Fonte e da Guerra Civil da Patuleia, a partir de 7 de Outubro de 1846 até Julho de 1847.

Como já referido, o jornalismo foi então suspenso durante o período da Guerra Civil da Patuleia, o que levou ao país atravessar uma fase tanto de surto do jornalismo como do panfletarismo político clandestino, principalmente nas grandes cidades, isto é, nos grandes centros urbanos. Após solucionada a Guerra Civil de 1846-47, as perseguições à imprensa não cessaram, existindo assim muita restrição política.

Em Fevereiro de 1850 o governo cabralista apresentou à Camara dos Deputados um projecto de lei de imprensa cujo objectivo era responder à política do momento: “debelar os instintos dos inimigos reais – os setembristas – (e) defender os interesses do sistema perante o perigo (mítico) da revolução social”<sup>7</sup>. Esta proposta levou a dezenas de intelectuais e jornalistas (entre os quais Garrett, Herculano, José Estevão) a criarem um protesto colectivo contra a proposta, declarando que as suas disposições eram não só “revogativas das garantias positivamente consignadas na actual lei do País, mas também diametralmente opostas aos princípios mais triviais e incontroversos de direito constitucional a até de direito comum”.

A 3 de Agosto deste mesmo ano foi lançado um diploma que passaria à história com o pouco abonatório nome de “Lei das Rolhas”. Tratava-se, de “um dos mais violentos ukases saídos dos gabinetes ministeriais”<sup>8</sup>, ou seja, uma autêntica lei de censura promulgada fora de tempo e que insultava as mais sagradas garantias e liberdades de expressão consagradas na Carta Constitucional. Podemos dizer que este diploma foi sem dúvida o mais violento produzido contra o jornalismo durante a Monarquia Constitucional. A sua vigência foi no entanto curta. Em Abril do ano seguinte, 1851, uma vasta plataforma política centrista depôs o governo de Cabral e instalou a Regeneração. Ao contrário do governo de Costa Cabral, este período de Regeneração reconheceu que o diploma cabralista aticara “a maior animadversão pública”, por “sufocar e oprimir” o “direito sacratíssimo” da liberdade de imprensa, revogava a odiada “Lei das Rolhas”, a 22 de Maio repôs plenamente em vigor o regime consignado em Dezembro de 1834.

---

<sup>7</sup>SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 33; Março de 2000

<sup>8</sup>SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 34, Março de 2000 (cit. In A. X. da Silva Pereira, p. 19)

## *1851-1910: Da Regeneração à 1ª República*

A Regeneração foi um período de extrema importância para a imprensa e o jornalismo pois permitiu a sua consolidação e reafirmação e permitiu a chegada da chamada “fase industrial” , inaugurado pelo inovador Diário de Notícias, em 1865 e comprovada pelo vasto crescimento de números e géneros entre eles a imprensa de grande informação, imprensa de província, imprensa operária, imprensa humorística e imprensa republicana.

A transição do século XIX para o século XX constituiu a “Idade de Ouro” da imprensa em Portugal. Num período em que a Monarquia se encontrava num progressivo declínio e o republicanismo ganhava cada vez mais popularidade, o jornalismo estava maioritariamente na posse dos republicanos ou de monárquicos crescentemente descontentes com a política em vigor. Esta situação levou o Governo Monárquico a censurar a imprensa, como se verificou ao longo da década de 1880, com diversos julgamentos e suspensões de jornais, na sequência da promulgação de um diploma a Outubro de 1881 pelo Governo de Rodrigues Sampaio (o mesmo que decretara a “Lei das Rolhas”) e que proibia as autoridades de revelarem quaisquer factos policiais ou investigações em curso à imprensa.

A prova óbvia de que o governo monárquico enveredara por uma estratégia repressiva em relação à política de imprensa chegou com a lei de 29 de Março de 1890, decretada por Lopo Vaz e que ditava que a lei suprimia o júri, entregando os delitos de imprensa à polícia correcional, alargava a responsabilidade por abusos, solidarizando o autor e editor, e admitia a suspensão da venda, ou mesmo a supressão definitiva do jornal. Esta lei foi de imediato apelidada de “2ª Lei das Rolhas” sendo, no fundo, a resposta à agitação provocada pelo Ultimato Inglês, que teve lugar dois meses antes.

Na revolta fracassada de 31 de Janeiro, o governo monárquico suprimiu inúmeros jornais e prendeu um sem-número de jornalistas.

A censura neste período só tendia a piorar e em Fevereiro de 1896, o governo Hintze-Franco decretou a Lei dos Anarquistas que prescrevia que todo aquele que, “por escrito de qualquer modo publicado”, incitasse a “actos subversivos”<sup>9</sup> poderia ser deportado, igualando os jornalistas a anarquistas. O Estado exercia, então, uma extensa censura não só aos jornais como aos próprios jornalistas.

---

<sup>9</sup>SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº33 p. 36; Março de 2000

No princípio do século XX, era normal alguns jornais deixarem em branco os espaços de texto que a “censura Veiga” cortara. Apesar desta forte censura, a maior parte dos jornais nunca deixou de revelar uma frontalidade arrebatadora e uma ousadia retórica únicas na história da imprensa portuguesa.

O culminar da repressão aconteceu no governo de Franco, quando um projecto de lei de imprensa que fixava uma mais severa classificação dos delitos e das penas, o alargamento da censura preventiva e da facilidade de apreensão, suspensão e proibição de jornais foi promulgado, levantando grandes protestos. Franco, já em ditadura, decretou outra lei que proibia a circulação ou publicidade a escritos, estabelecia a autorização prévia para todos os periódicos e entregava a imprensa aos governadores civis.

Com o regicídio do rei D. Carlos em Fevereiro de 1908, deu-se o fim do Franquismo e da repressão a ele associada. O novo monarca, D. Manuel II, enveredou por uma política de tolerância e abertura mas, mesmo assim, esta moderação na política foi incapaz de deter o jornalismo Republicano.

## 1910-1926: 1ª República

Com a instauração da República, Portugal encontrava-se num período de liberdade de pensamento e expressão, sendo usada para a propaganda republicana, que estava ligada à imprensa e aos combativos jornalistas e políticos republicanos usando como uma arma de combate à monarquia o artigo de opinião.

O quadro jornalístico veio a sofrer alterações, sendo a primeira verificada em 1912 com as denominadas “leis de defesa da República”, promulgadas no contexto da I Guerra Mundial, com a censura preventiva. Para além desta censura no ano de 1916 e 1917 vieram-se a instaurar-se dois outros tipos de censura, a censura postal (Abril de 1916) e a censura cinematográfica (Setembro de 1917).

Se as leis de 1912, eram consideradas de “defesa” contra os inimigos do novo regime causando assim pouca polémica no campo republicano, a censura dos anos de guerra é progressiva e considerada defesa da política intervencionista, a política do partido democrático.

Apesar do analfabetismo rondar os 65% para os homens e 80% para as mulheres em Portugal, as publicações periódicas entre jornais e revistas de diferentes géneros aumentava cada vez mais e “em 1917, havia em Portugal 414 periódicos, ou seja, um por 14 396 pessoas”<sup>10</sup>.

Este período era caracterizado por um grande número de jornais políticos, entre eles o democrático *O Mundo*, o evolucionista *A República*, unionista *A Lucta*, o socialista *O Combate* e *O Intransigente* de Machado Santos. Apesar do clima em Portugal fosse de liberdade de expressão, alguns jornais monárquicos e católicos foram suspensos ou a sua publicação foi interrompida.

A imprensa operária multiplica-se consideravelmente nos finais do século XIX, atingindo o seu auge entre 1910 a 1919. Em relação à censura, esta era bastante clara para o leitor devido aos espaços em branco, publicados nos jornais.

As leis decretadas em 9 e 12 de Julho de 1912, apesar de restringirem a liberdade de expressão, não instauravam a censura prévia, mas permite as autoridades policiais, administrativas ou judiciais a apreensão de jornais e outras publicações, com o objectivo de “garantir a defesa da República” e “assegurar a ordem no País”.

---

<sup>10</sup>SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 40; Março de 2000

No entanto, a participação de Portugal na Primeira grande Guerra simbolizava uma alteração essencial e profunda das leis de imprensa.

A entrada de Portugal na guerra não foi de todo unânime e causou muitos conflitos pois a população não concordava com sua participação neste conflito. O governo da “União Sagrada” sujeita os periódicos e outros impressos a uma censura preventiva durante a guerra. No geral, toda a imprensa estava em desacordo com a instauração do regime de censura preventiva e, principalmente, com a maneira como esta era executada, acusando os censores de cortar notícias sem critério, como notícias “inofensivas”, sem terem directamente que ver com a guerra e, sobretudo, de eliminar matéria de política partidária.

Em Abril de 1917, a situação tende a piorar com o governo de Afonso Costa levando a uma reunião, no dia 7 de Agosto, com todos os directores de jornais para deliberar o procedimento a seguir. Em 17 de Agosto, depois de muitas tentativas, é discutida na Câmara dos Deputados a proposta de José Barbosa e Luís Derouet, ambos jornalistas. Esta nova lei ditava que as comissões de censura eliminariam notícias apenas no caso de serem prejudiciais à defesa nacional, militar ou económica, ou às operações de guerra e quando envolvam propaganda contra a guerra, mas não foi imediatamente promulgada.

Em Dezembro de 1917, o Partido Democrático enfrentava a oposição de uma ampla frente social e política, desde monárquicos, católicos, sindicalistas, unionistas e até evolucionistas. Esta situação e a crise económica, a agitação social e os problemas políticos fazem com que o governo democrático fique enfraquecido e com que Sidónio Pais suba ao poder. Em 10 de Dezembro são revogadas as medidas tomadas contra a livre publicação de jornais e a anulação da expulsão de jornalistas mas, menos de um mês depois, em 29 de Dezembro, foi decretada uma lei que voltaria a restringir a liberdade de imprensa. A 9 de Janeiro de 1918, é promulgada uma lei que suspende publicações periódicas que perturbassem a ordem pública, ou seja, que estivessem contra o regime. A censura continua a ser sentida durante o governo de Sidónio Pais, visando directamente os inimigos do regime, querendo silenciar as oposições.

Apenas no fim da guerra, da greve geral e da morte de Sidónio Pais se assistiria ao fim da censura prévia.

## Conclusões

Após a pesquisa e a realização global deparámo-nos com várias conclusões, sendo estas as mais indicadas para resumir o objectivo do nosso trabalho da melhor maneira possível. A censura prévia foi um entrave ao direito de pensamento, maioritariamente aos jornalistas e aos intelectuais;

A censura pôs em causa as liberdades e garantias consagradas na Constituição de 1822 em diferentes períodos históricos;

Como consequência a censura levou à criação de vários protestos, à suspensão de vários jornais e à prisão de vários jornalistas.

“O analfabetismo português, o conservadorismo social, a letargia opinativa e a fraqueza de um verdadeiro jornalismo de contrapoder são algumas das facturas a pagar pelo facto de a censura - real, episcopal e inquisitorial (no Antigo Regime), miguelista, cabralista e franquista (durante a Monarquia Constitucional), bélica (na 1 República), salazarista (no Estado Novo), ou revolucionária (no turbilhão de 1974-1975) - ter vigorado durante praticamente quatrocentos dos quinhentos anos da história da imprensa portuguesa!”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*  
In revista Histórias nº23 p. 30; Março de 2000

# *Bibliografia*

- LETRIA, Joaquim; *A verdade confiscada: escândalo- a armadilha da nova censura;*

Lisboa: Noticias Editorial, 1998

- FRANCO, Graça; *A censura à imprensa;*

Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993

- MARCOS, Luís Humberto. FERREIRA, Rui Assis; *Imprensa, censura e liberdades: 5 séculos de história;*

Lisboa: Instituto da Comunicação Social, 1999

- GARCIA, José Luís; *Portugal e a censura;*

In revista Jornalismo e Jornalistas (páginas:); Julho/Setembro de 2000

- SARDICA, José Miguel. SAMARA, Maria Alice; *A censura em Portugal - da Monarquia ao Estado Novo*

In revista Histórias nº23 paginas 26-45; Março de 2000